

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N ° , DE 2009
(Do Sr. EDSON APARECIDO)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados realize, em conjunto com o Tribunal de Contas da União - TCU, ato de fiscalização e controle para identificar a conformidade dos repasses dos royalties e participações especiais aos estados e municípios, provenientes da exploração de petróleo e gás natural, realizados pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, considerando haver indícios que possam resultar na manipulação da sua distribuição.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 100, § 1º, combinado com os arts. 60, inciso II e 61, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência, que ouvido o Plenário da Comissão em referência sejam adotadas as providências necessárias à realização de ato de fiscalização e controle com a finalidade de verificar a correta distribuição dos royalties e participações especiais do petróleo e gás natural, aos estados e municípios, pela ANP, considerando a possibilidade de haver adulteração nos valores a eles destinados.

JUSTIFICAÇÃO

A recente divulgação pelos meios de comunicação em todo o País, de investigação levada a termo pela Polícia Federal sobre atos emanados pela ANP, notadamente os repasses efetuados pela ANP de recursos oriundos dos royalties e participações especiais sobre a exploração de petróleo e gás natural aos estados e municípios, suscitaram dúvidas quanto a lisura desses procedimentos, atos inteiramente sob a responsabilidade da citada Agência.

As suspeitas de irregularidades decorrem de decisões da Agência, que baseadas em pareceres da Diretoria Colegiada, promoveram alterações na distribuição de valores que resultaram em considerável aumento de receita em municípios dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Sergipe.

Juntos, esses municípios receberam R\$ 176,4 milhões em royalties de petróleo em 2008 e viram sua arrecadação com essa fonte de recursos crescer de 112% (no caso de Duque de Caxias/RJ) até 409% (Estância/SE) - numa proporção bem maior do que a expansão média dos pagamentos a todos os demais municípios (46%).

Assim, consideramos ser perfeitamente cabível a ação de fiscalização e controle proposta no âmbito desta Comissão, de forma a, efetivamente, apurar a procedência ou não das possíveis irregularidades envolvendo a ANP e municípios que fazem jus ao rateio dos royalties e participações especiais sobre a produção de petróleo e gás natural, em consonância com o que a sociedade espera do Poder Legislativo, motivo pelo qual contamos com o apoio dos eminentes pares na aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, de abril de 2009.

Deputado EDSON APARECIDO
PSDB/SP